



Brasil

© SHUTTERSTOCK.COM

SHETRADES OUTLOOK | 2024



International
Trade
Centre

SheTrades



UK International
Development

Partnership | Progress | Prosperity



© SHUTTERSTOCK.COM

DURAÇÃO

março de
2018

a março de
2025

OBJETIVO

Aumentar o crescimento econômico e a criação de empregos nos países da Commonwealth, possibilitando uma maior participação de empresas de propriedade de mulheres no comércio internacional. O projeto é financiado pelo *Foreign, Commonwealth and Development Office* do Reino Unido e implementado pela ITC sob a estrutura da *SheTrades Initiative*.

ATIVIDADES

- Fornecer aos governos ferramentas, informações e capacidade de implementar políticas sensíveis ao gênero. Oferecer também uma plataforma para que os governos trabalhem coletivamente e compartilhem melhores práticas, inclusive por meio do SheTrades Outlook e da assistência técnica sobre reforma de políticas no país.
- Oferecer apoio direto a empresas de propriedade de mulheres. Desenvolver sua competitividade e capacidade de participar do comércio por meio de treinamento intensivo, orientação e coaching.
- Trabalhar com organizações de apoio comercial para melhorar a oferta de serviços para mulheres empresárias.
- Envolver parceiros do setor privado na adoção de práticas comerciais que criem oportunidades econômicas para empresas de propriedade de mulheres.



© SHUTTERSTOCK.COM

Índice

INTRODUÇÃO 04

RESULTADOS 07

Política Comercial **8**

Estrutura Legal e Regulatória **14**

Ambiente de Negócios **18**

Acesso a Competências **26**

Acesso a Financiamento **32**

Trabalho e Sociedade **36**

CONCLUSÃO 38

Criando oportunidades de comércio para mulheres no Brasil

Este resumo apresenta uma análise e recomendações para que o Brasil amplie a participação de mulheres no comércio internacional, melhorando seu ecossistema de políticas públicas. Ele está baseado na ferramenta *SheTrades Outlook* no Brasil, que coletou e analisou dados de 18 instituições nacionais e cinco organizações do setor privado.

POR QUE O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES É IMPORTANTE?

O Brasil é a maior economia da América Latina, com uma população grande e diversificada que pode ser usada para estimular o crescimento econômico. As mulheres representam mais da metade da população brasileira, mas sua taxa de participação na força de trabalho foi de apenas 53% em 2023, em comparação com 73% dos homens. O baixo acesso à educação, à assistência médica e as barreiras sistêmicas, como a discriminação, podem contribuir para a participação limitada das mulheres na economia.

O empreendedorismo pode proporcionar um caminho para a inclusão econômica das mulheres e impulsionar a produção econômica do Brasil. Reconhecendo isso, a [Agenda Transversal de Mulheres 2024–2027](#) foca no aumento de empregos formais e na promoção da inovação dos negócios das mulheres. Ela aborda os desafios específicos enfrentados pelas mulheres, prevendo uma melhoria do acesso a competências e educação técnica, bem como assegurando a implementação de políticas de cuidados que reduzam a carga de trabalho doméstico e de cuidados das mulheres.

O governo brasileiro também está implementando a [Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino-Estratégia Elas Empreendem](#). Ela se concentra em melhorar o acesso das mulheres a mercados, tecnologia, financiamento e competências de empreendedorismo por meio da colaboração interministerial. O objetivo é fornecer apoio direcionado a empresárias e criar um ambiente de negócios favorável. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) implementou o programa [Elas Exportam](#), que tem como objetivo aumentar a participação de mulheres no comércio internacional através de capacitação e oportunidades de networking. O apoio personalizado e as políticas sensíveis a gênero, como essas, são essenciais para o aumento da participação das mulheres na economia por meio do trabalho, do empreendedorismo e do comércio internacional, e para a garantia do crescimento equitativo do Brasil.

O *SheTrades Outlook* identifica as áreas prioritárias de melhoria e as boas práticas relacionadas ao empoderamento econômico das mulheres no Brasil. A partir da análise gerada pela ferramenta, é possível fornecer dados essenciais para ajudar os formuladores de políticas públicas a implementarem estratégias que beneficiem a inclusão econômica das mulheres e garantam que o empoderamento econômico das mulheres esteja no centro da agenda de desenvolvimento econômico do Brasil.

O QUE É SHETRADES OUTLOOK?

O *SheTrades Outlook* é uma ferramenta de política inovadora, baseada em evidências, desenvolvida pelo *International Trade Centre* (ITC). Ela identifica políticas públicas, leis ou programas que contribuem ou impedem a participação de mulheres na economia e nos negócios. Esta ferramenta inédita é baseada em 55 indicadores agrupados em seis pilares interligados – Política Comercial, Ambiente de Negócios, Estrutura Legal e Regulatória, Acesso a Competências, Acesso a Financiamento e Trabalho e Sociedade.

O *SheTrades Outlook* é baseado em dados coletados por consultores nacionais a partir de entrevistas realizadas com, em média, 20 instituições nacionais e organizações por país. Os dados são coletados por meio de questionários semiestruturados. As instituições pesquisadas incluem, por exemplo, ministérios de comércio, educação, finanças, tecnologia e assuntos das mulheres, agências de compras públicas, autoridades aduaneiras, bancos centrais, institutos nacionais de estatística, associações comerciais, câmaras de comércio e outras instituições de apoio ao comércio.

O *SheTrades Outlook* também utiliza bancos de dados confiáveis, públicos e atualizados como o da União Interparlamentar; o da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; o da Divisão de Estatística das Nações Unidas; o do Banco Mundial e o do Fórum Econômico Mundial. Além disso, especialistas nacionais identificaram em média três boas práticas por país.



A partir de 2024, o SheTrades Outlook foi implementado em 60 países de todas as regiões geográficas e de diferentes níveis de desenvolvimento econômico.

RESULTADOS

SheTrades Outlook – resultados

Para a coleta de dados, 23 organizações – 18 instituições nacionais e cinco organizações do setor privado – foram entrevistadas. As instituições foram escolhidas com base nos seus objetivos estratégicos e relevância para os seis pilares da iniciativa. A pesquisa institucional foi conduzida em 2024. Este resumo de análise política apresenta os últimos dados disponíveis.

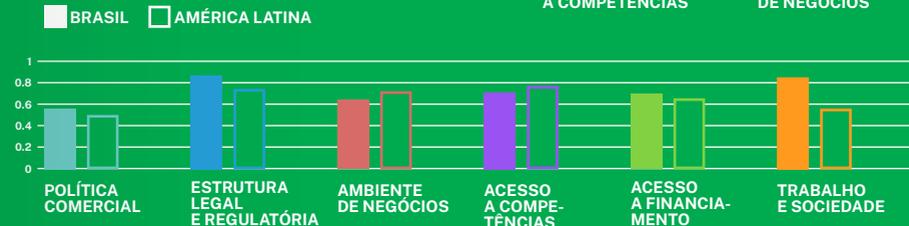
A pontuação dos indicadores do *SheTrades Outlook* varia de zero a um. O Brasil teve o desempenho mais alto nos pilares de Estrutura Legal e Regulatória, e Trabalho e Sociedade. Seguido por Acesso a Competências, Acesso a Financiamento, Ambiente de Negócios e Política Comercial. O desempenho do Brasil nos seis pilares é similar às médias dos países da América Latina na ferramenta *SheTrades Outlook*.¹

Informações detalhadas sobre a pontuação de cada pilar são apresentadas abaixo. Incluindo pontos fortes, obstáculos e lacunas identificados nos dados.

FIGURA 1: PONTUAÇÃO DOS INDICADORES SHETRADES OUTLOOK



FIGURA 2: PONTUAÇÃO DOS INDICADORES DO SHETRADES OUTLOOK DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA (MÉDIA)



1. Esses países são: Brasil, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guiana, México e Uruguai.



Processo de consulta	
Iniciativas ou mecanismos estão em vigor para incluir associações/organizações de mulheres nos processos de consulta.	
Associações/organizações de mulheres participam dos processos de consulta.	
Inclusão de questões relacionadas ao comércio e gênero nas políticas e acordos	
Política ou plano de ação sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres inclui preocupações relacionadas ao comércio.	
Acordos comerciais ou acordos de integração econômica regional incluem disposições de gênero.	
Avaliação, monitoramento e mensuração	
Avaliações de impacto de gênero ex-ante e ex-post dos acordos comerciais são realizadas.	
A política comercial utiliza indicadores de gênero.	
Dados desagregados por gênero	
Lei ou regulamento exige a coleta de dados desagregados por gênero.	
Dados desagregados por gênero são coletados sobre empresas.	
Participação de mulheres em cargos estratégicos	
Mulheres estão representadas em cargos ministeriais e parlamentares.	
Capacitação em questões de gênero	
Funcionários do ministério do comércio recebem treinamento sobre questões de gênero.	
Um ponto focal de gênero focado em questões de comércio e gênero foi estabelecido.	



O pilar Política Comercial foca na inclusividade de políticas, acordos e práticas comerciais. Ele também inclui a adoção de práticas direcionadas ao gênero nos negócios e instituições relacionadas ao comércio.

O Brasil exibe desempenho médio nesse pilar. Há áreas em que o Brasil está se saindo bem, como:

- Inclusão de associações comerciais de mulheres nos processos de consulta;
- Coleta de dados discriminados por gênero em empresas;
- Uso de indicadores de gênero em projetos e programas;
- Condução de capacitações para a equipe do MDIC sobre comércio e questões de gênero;
- Definição de um ponto focal de gênero e comércio.

Mas há oportunidades de melhoria em áreas tais como:

- Inclusão de questões relacionadas aos negócios na estratégia nacional de igualdade de gênero;
- Incorporação de cláusulas sobre gênero nas políticas públicas e nos acordos comerciais;
- Realização de avaliações de impacto de gênero em acordos comerciais;
- Adoção de definições internacionalmente reconhecidas para empresas de propriedade de mulheres ou lideradas por mulheres;
- Obrigatoriedade da coleta de dados desagregados por gênero.

O QUE FUNCIONA?

No Brasil, as consultas públicas sobre acordos comerciais são disponibilizadas na plataforma Brasil Participativo do Governo Federal. A plataforma é aberta a qualquer indivíduo ou entidade legal. O MDIC começou a cooperar com associações comerciais de mulheres tais como a Mulheres no Comex para convidar mulheres para participarem de consultas públicas. A Câmara de Comércio Exterior e a Secretaria de Comércio Exterior estão priorizando igualdade de gênero e representação feminina em fóruns, tais como o Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (CONFAC). Até o momento, quatro associações comerciais de mulheres do setor privado se candidataram para participar do CONFAC e a Associação de Mulheres Especialistas em Comércio Exterior foi aprovada. A participação de mulheres nos processos de consulta sobre políticas públicas e acordos comerciais pode ajudar a garantir que as necessidades e os desafios específicos enfrentados pelas mulheres sejam abordados nas políticas. O MDIC também pode considerar a coleta de dados desagregados por gênero sobre os participantes das consultas.

Várias instituições nacionais no Brasil coletam diferentes tipos de dados desagregados por gênero sobre empresas. Por exemplo, o MDIC realizou um estudo em 2023 sobre mulheres no setor de exportação no Brasil e descobriu que 14% das empresas exportadoras brasileiras têm conselhos de administração compostos majoritariamente por mulheres. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) também coletam dados desagregados por gênero sobre empregos e propriedade das empresas.

Os projetos e políticas comerciais no Brasil usam indicadores de gênero para monitoramento e avaliação. Por exemplo, o MDIC implementou o programa Elas Exportam, que oferece capacitação e oportunidades de networking para mulheres com o objetivo de aumentar sua participação no comércio internacional. O Ministério tem a meta de apoiar 100 mulheres por ano. O plano de trabalho do Comitê Nacional para a Promoção da Cultura Exportadora (CNPCE) incluiu um indicador do número de empresas exportadoras com propriedade majoritária de mulheres entre 2022 e 2025. A proposta da Estratégia Nacional de Comércio Exterior, enviada para consulta pública, também incluiu, no eixo temático de Competitividade Exportadora, um indicador sobre a implementação de ações de inteligência comercial e treinamento para impulsionar as exportações de empresas lideradas por mulheres.



© SHUTTERSTOCK.COM

O MDIC oferece capacitação para sua equipe interna sobre comércio e questões de gênero. Em 2024, colaborou com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) para organizar um treinamento on-line sobre liderança de gênero para sua equipe. O MDIC também colaborou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para organizar um treinamento sobre comércio e gênero para parceiros e funcionários. Os funcionários do MDIC também participaram de cursos de treinamento com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, em inglês) e com a Organização Mundial do Comércio (WTO, em inglês) sobre comércio e gênero.

Por fim, o Departamento de Promoção das Exportações e Facilitação do Comércio (DPFAC), do MDIC, tem a tarefa de planejar e executar iniciativas de inclusão no comércio internacional considerando fatores como disparidade de gênero, entre outros. Esta disposição permitiu que o departamento realizasse uma série de atividades destinadas a promover a participação das mulheres no comércio exterior. O Departamento de Negociações Internacionais (DEINT), do MDIC, é responsável pela negociação de cláusulas comerciais e de gênero em acordos de livre comércio. Por isso, o DEINT é o ponto focal do Brasil no Acordo Global de Comércio e Gênero, juntamente com o DPFAC.



© SHUTTERSTOCK.COM

ONDE É NECESSÁRIO MAIS PROGRESSO?

Algumas instituições nacionais usam uma variedade de definições para identificar empresas de propriedade de mulheres. Por exemplo, ao extrair informações sobre propriedade de empresas do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), as empresas de propriedade de mulheres são identificadas como aquelas em que a pessoa designada no contrato social da empresa como sócia-gerente ou presidente é mulher. Em empresas de sociedade limitada, se o proprietário majoritário for uma mulher, a empresa é considerada de propriedade/liderada por mulheres. A ApexBrasil define empresas de propriedade/lideradas por mulheres como aquelas que são 100% detidas por uma mulher ou com pelo menos 51% de seu capital acionário detido por uma ou mais mulheres ou que tenham uma ou mais mulheres no conselho de liderança principal ou em posições-chave de tomada de decisão. O Banco do Brasil define uma empresa como sendo de propriedade de mulheres se mulheres detiverem pelo menos 40% das ações da empresa. O Brasil pode considerar a adoção de uma definição padrão internacionalmente conhecida para empresas de propriedade de mulheres² ou lideradas por mulheres³ conforme prescrito pela Organização Internacional de Normalização (ISO) no [Acordo da Oficina Internacional \(IWA\) 34: Empreendimento feminino – Definições principais e critérios gerais \(em inglês\)](#). O uso dessa definição padrão em todas as instituições pode ajudar a direcionar melhor os beneficiários dos programas de empoderamento econômico de mulheres e monitorar os impactos desses programas.

2. Empresa de propriedade de mulheres – empresa na qual mais de 50% do capital é detido por uma ou mais mulheres, a administração e o controle são de uma ou mais mulheres, uma mulher está autorizada a assinar documentos legais e contas financeiras, e que é operada independentemente de empresas que não são de propriedade de mulheres.

3. Empresa liderada por mulheres – empresa na qual pelo menos 25% do capital é detido por uma ou mais mulheres, a administração e o controle são de uma ou mais mulheres, pelo menos um terço do conselho administrativo é composto por mulheres (quando há conselho administrativo), uma mulher está autorizada a assinar documentos legais e contas financeiras, e que é operada independentemente de empresas que não são de propriedade ou lideradas por mulheres.

O governo pode considerar a possibilidade de estabelecer uma lei para exigir a coleta de dados desagregados por gênero em todas as agências e departamentos.

O governo brasileiro lançou a Agenda Transversal de Mulheres em 2024. Trata-se da estratégia de igualdade de gênero do país, que tem como objetivo melhorar o acesso das mulheres ao emprego formal e aos negócios, bem como à inovação. Ela também estabelece uma meta para aumentar o empreendedorismo feminino no país, acelerando 30 startups lideradas por mulheres por ano. Entretanto, dado o potencial de exportação do Brasil, há também a oportunidade de incluir questões comerciais na Agenda Transversal de Mulheres.

No *SheTrades Outlook*, os níveis de sensibilidade de gênero nos acordos comerciais são classificados como “limitados”, “em evolução” ou “avançados”. O Brasil é signatário de 10 acordos de livre comércio, mas apenas o Acordo de Livre Comércio entre a República do Chile e a República Federativa do Brasil tem um nível avançado de sensibilidade de gênero. No entanto, o Brasil está cada vez mais negociando para incluir cláusulas de gênero nos seus acordos comerciais. Por exemplo, o Brasil propôs a inclusão de um capítulo sobre comércio e empoderamento das mulheres em todas as futuras negociações de acordos comerciais entre o Mercosul e os países parceiros e já elaborou uma proposta de capítulo para análise e discussão entre os membros do bloco. Nas negociações em andamento com o Canadá e os Emirados Árabes Unidos, foi incluído um capítulo dedicado a comércio e gênero/empoderamento econômico das mulheres. O Mercosul também está nas etapas finais da negociação com a União Europeia, que tem diversas cláusulas sobre comércio e gênero. Além disso, o Brasil apoiou a criação do Subgrupo de Trabalho sobre Mulher e Comércio no Mercosul, que é um fórum exclusivo para tratar da participação das mulheres do Mercosul no comércio. Recentemente, o Brasil aderiu ao Acordo Global de Comércio e Gênero. Incorporar questões de igualdade de gênero em acordos comerciais pode permitir a participação das mulheres na economia por meio do comércio internacional e aumentar as oportunidades de trabalho digno. O governo pode consultar o guia de políticas do ITC, *Mainstreaming Gender in Free Trade Agreements* ([Integrando Gênero em Acordos de Mercado Livre](#)) para obter recomendações específicas e modelo de cláusulas para melhorar a participação das mulheres por meio de acordos comerciais.

Por fim, o MDIC pode considerar a realização de avaliações de impacto de gênero antes e depois da assinatura de um acordo comercial para garantir que os benefícios dos acordos comerciais para mulheres sejam maximizados, minimizando os impactos negativos.

ESTRUTURA LEGAL E REGULATÓRIA

Assinatura, ratificação e aplicação de convenções internacionais chave	
País ratificou a CEDAW e seu protocolo opcional.	
País ratificou e implementou as Convenções da OIT 100, 111 e 183.	
Abordagem de orçamento sensível ao gênero	
Governo utiliza uma abordagem de orçamento sensível ao gênero.	
Leis que facilitam o acesso a recursos produtivos	
A lei garante direitos iguais a mulheres e homens em relação à propriedade e acesso a serviços financeiros.	
Leis que facilitam o acesso ao mercado de trabalho	
A lei exige a não discriminação no emprego com base no gênero, proteção contra assédio sexual e remuneração igual por trabalho de igual valor.	
Políticas de licença parental remunerada	
Benefício de licença-maternidade é garantido por lei.	
Benefício de licença-paternidade é garantido por lei.	
Apoio e instalações de cuidados infantis e educação	
Os pais recebem apoio para cuidados infantis e educação.	



Este pilar avalia a adoção pelo país de leis e regulamentos que protegem e promovem os direitos das mulheres. Ele também abrange leis e políticas públicas que incentivam o ingresso, a continuidade e o progresso das mulheres no mercado de trabalho. Um exemplo seriam as leis que ajudam as mulheres a coordenarem o trabalho com as responsabilidades de cuidado dos filhos. Mais de 50% dos dados desse pilar foram obtidos do relatório Mulheres, Empresas e o Direito do Banco Mundial, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e do Sistema de Informações das Normas Internacionais do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O desempenho do Brasil nesse pilar é o mais alto. Isso está ligado à ratificação de convenções internacionais e ao estabelecimento de leis nacionais que proporcionam a homens e mulheres direitos iguais de posse e herança de propriedade, bem como de abertura de conta bancária, de garantia de remuneração igual para homens e mulheres por trabalho com o mesmo valor e da proibição da discriminação baseada em gênero e o assédio sexual no local de trabalho. O governo também concede licença paternidade e benefícios de creche, e adotou uma abordagem de orçamento sensível a gênero.



O QUE FUNCIONA?

Internacionalmente, o Brasil demonstrou seu compromisso com a igualdade de gênero ao ratificar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e o Protocolo Facultativo da CEDAW, bem como as convenções 100 (igualdade de remuneração) e 111 (não discriminação no emprego e na profissão) da OIT.

Nacionalmente, o governo legislou para garantir que mulheres e homens tenham direitos iguais de posse e herança de propriedades. O Brasil também tem leis que proíbem a discriminação de gênero, tanto na abertura de contas bancárias quanto no emprego, que garantem remuneração igual para homens e mulheres com o mesmo trabalho e que protegem do assédio sexual no local de trabalho.

O governo brasileiro usa uma ferramenta de planejamento de médio prazo chamada Plano Plurianual, que é usada juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Orçamentária Anual. O plano descreve a direção estratégica do Governo Federal em um período de quatro anos. Ele inclui uma agenda de gênero em que todas as iniciativas do Governo Federal para as mulheres nos próximos quatro anos são identificadas e descritas. A agenda de gênero inclui metas relacionadas ao aumento da inclusão socioeconômica e da autonomia econômica das mulheres, saúde, bem-estar, educação, capacitação e cuidado, bem como prevenção da violência. O governo brasileiro está realizando um processo de análise para comparar o progresso feito no orçamento sensível a gênero com o de outros países, como Austrália, Canadá e Islândia. Os resultados preliminares reconheceram os avanços significativos feitos pelo Brasil na estruturação do orçamento para atender às necessidades das mulheres. Além disso, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) publica um relatório anual desde 2019 chamado “A Mulher no Orçamento”, que detalha os benefícios indiretos e diretos dos gastos com programas de empoderamento econômico das mulheres.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determina a licença-maternidade de quatro meses (16 semanas) com remuneração integral. Pais também recebem licença-paternidade de cinco dias com remuneração integral. A legislação nacional exige que empresas com 50 funcionários ou mais forneçam creches ou ofereçam assistência financeira a seus funcionários formais para cobrir os custos parciais ou totais de creches.



© SHUTTERSTOCK.COM

ONDE É NECESSÁRIO MAIS PROGRESSO?

O Brasil pode considerar a ratificação da Convenção 183 da OIT sobre proteção à maternidade.

O governo também pode estabelecer uma lei para proibir a discriminação no acesso ao crédito.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS



Representação de associações empresariais de mulheres	
Associações empresariais de mulheres estão representadas em nível nacional.	
Empresas lideradas por mulheres participam de atividades realizadas por câmaras de comércio.	
Startups empresariais	
Serviços de apoio estão disponíveis para a criação de empresas.	
Instituições nacionais implementam programas de incubação/aceleração.	
Acesso a informações sobre comércio e alfândega	
Balcões de informação estão disponíveis em repartições públicas para ajudar empresas a cumprir as regulamentações nacionais e os requisitos de exportação/importação.	
Informações sobre mudanças nos procedimentos alfandegários e nas regulamentações comerciais são anunciadas em tempo hábil.	
Compras públicas	
Informações sobre processos de compras públicas, fornecedores e transações estão disponíveis.	
Esquema preferencial de compras públicas para empresas lideradas por mulheres é implementado.	
Relatório e monitoramento de práticas desleais no comércio	
Existem meios para mulheres e homens denunciarem irregularidades nas regulamentações ou procedimentos comerciais.	
Facilitação do comércio e estruturas aduaneiras sensíveis ao gênero	
Interface eletrônica de janela única está disponível.	
As diretrizes sensíveis ao gênero da Organização Mundial de Aduanas ou outro quadro nacional de monitoramento são implementadas.	
Funcionários alfandegários em nível de fronteira recebem treinamento sobre práticas sensíveis ao gênero.	



Um ecossistema de negócios favorável para o crescimento resiliente é essencial durante todo o ciclo de negócios. Este pilar se concentra na inclusividade do ecossistema de negócios e abrange os órgãos do setor que apoiam o empreendedorismo feminino. Ele também avalia a facilidade e o custo de estabelecer e administrar um negócio, fazer comércio internacional e acessar informações e mercados de compras públicas.

O Brasil tem uma pontuação média nesse pilar. Isso se deve à existência de associações comerciais de mulheres no Brasil, à disponibilidade de serviços de apoio empresarial, incubadoras e programas de aceleração, e ao estabelecimento de balcões de atendimento e mecanismos de defesa do consumidor. As informações sobre mudanças nas regras aduaneiras e licitações públicas são publicadas on-line. O Brasil também implementou um portal único eletrônico. Mas há oportunidades de melhoria, como adotar práticas sensíveis a gênero nas aduanas, treinar funcionários aduaneiros em questões de gênero, coletar dados desagregados por gênero sobre fornecedores em compras públicas, conscientizar as pessoas sobre compras públicas sensíveis a gênero e adotar um esquema preferencial para empresas de propriedade de mulheres em compras públicas.

O QUE FUNCIONA?

Existem várias associações comerciais de mulheres no país a nível nacional, como a Women Inside Trade, a Associação de Mulheres Especialistas em Comércio Exterior, a Mulheres no Comex e a Convergência Empresarial de Mulheres Brasileiras no Mercosul.

As empresas lideradas por mulheres participam regularmente de atividades organizadas pela Câmara de Comércio Americana. Essas atividades incluem webinars sobre desenvolvimento de negócios, o Fórum de Diversidade sobre o desenvolvimento da liderança feminina e um webinar sobre o acordo entre Brasil e Estados Unidos sobre comércio e cooperação econômica, entre outros.

Estão disponíveis serviços de apoio empresarial ao estabelecer uma empresa no Brasil. Por exemplo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) tem 3.000 pontos de atendimento ao empreendedor localizados em todo o Brasil. Esses pontos oferecem suporte a empreendedores por meio de serviços de bate-papo, linhas de atendimento gratuitas e WhatsApp, bem como consultoria de negócios presencial. O SEBRAE também fornece informações on-line sobre o processo de registro de empresas e implementou o SEBRAE Startups, que apoia startups inovadoras em todo o Brasil por meio de capacitação, captação de recursos, internacionalização e networking. No total, o SEBRAE já ajudou mais de 4.000 startups em todas as regiões do país.

O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMPP) oferece serviços de apoio a microempresários individuais por meio de informações on-line sobre o processo de registro e colabora com o governo brasileiro para facilitar o registro empresarial. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) fornece aconselhamento e suporte de informações por meio de seus sindicatos rurais e do seu site.

Programas de incubadoras e aceleradores também estão disponíveis para startups, alguns deles são voltados para mulheres empreendedoras. Por exemplo, o MDIC e o SEBRAE, juntamente com a Escola Nacional de Administração Pública e o Impact Hub Brasil, implementaram o programa [Empendedoras Tech](#), que tem como objetivo acelerar projetos focados em inovações tecnológicas liderados ou coliderados por mulheres. Em 2024, o programa teve 70 mulheres participantes e premiou os três melhores projetos com R\$ 50.000 cada. A Financiadora de Estudos e Projetos e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação implementaram o [Programa Mulheres Inovadoras](#) que oferece aceleração, capacitação e networking para 30 startups lideradas por mulheres de todas as regiões do Brasil. Os prêmios variam de R\$ 52.000 a R\$ 100.000 para todas as empresas que concluírem o processo de aceleração.

A Rede Mulher Empreendedora (RME) também implementou dois programas de aceleração para mulheres empreendedoras:

- I. O [Programa de Aceleração Decola Garota da RME](#), em parceria com a Amazon, é gratuito e virtual.
- II. O Programa [Ela Pode](#) oferece apoio financeiro de R\$ 2.000 para mulheres empreendedoras investirem em seus negócios. O objetivo do Programa Ela Pode é chegar a 300.000 mulheres capacitadas nas cinco regiões do Brasil. Das 300.000 mulheres, 2.670 serão selecionadas em vários ciclos para a aceleração e receberão o capital até o final de 2025.

[InovAtiva](#) e CNA Hub também são programas de aceleração disponíveis no Brasil.

A Receita Federal tem um [portal on-line](#) dedicado a informações sobre comércio exterior, procedimentos aduaneiros e regulamentos de importação/exportação.



O MDIC, juntamente com o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, no âmbito do Programa de Facilitação de Comércio Reino Unido-Brasil, criou a plataforma [Brasil Exportação](#), juntamente com outras instituições parceiras. A plataforma, operada com a ApexBrasil, conecta empresas brasileiras—especialmente micro, pequenas e médias empresas (MPMEs)—a prestadores de serviços de exportação. Os serviços prestados incluem capacitação empresarial, inteligência de mercado, promoção comercial, financiamento, seguro e garantias, logística, desembaraço aduaneiro e documentação. O MDIC também implementou o programa [Acesse o Mundo](#), um serviço fornecido pelo Governo Federal que permite que qualquer empresa brasileira (especialmente MPMEs), de qualquer região ou setor, receba de forma gratuita e automatizada uma avaliação de maturidade de exportação. O programa também fornece uma lista personalizada de ações para internacionalização. Isso inclui a identificação dos serviços de exportação necessários para acessar ou expandir suas vendas em mercados internacionais.



O Ministério das Relações Exteriores oferece serviços de apoio a empresas brasileiras interessadas em expandir suas operações ou mesmo se estabelecer em mercados internacionais. Esse apoio é oferecido por meio dos Setores de Promoção Comercial e Investimentos (SECOMs) localizados nas embaixadas brasileiras em 126 países. Por meio dos SECOMs, as empresas podem acessar guias passo-a-passo sobre como entrar em mercados internacionais específicos, enviar solicitações de suporte on-line e usar materiais digitais, como estudos produzidos pelo SECOM. Elas também podem receber consultoria de mercado e informações sobre regras comerciais em seus mercados-alvo de exportação/importação.

A Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), a CNA, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios também fornecem informações on-line e aconselhamento para empresas que estão tentando exportar.

Informações atualizadas sobre as mudanças aduaneiras estão visíveis nas fronteiras. Elas também estão atualizadas no portal do Sistema Integrado de Comércio Exterior ([SISCOMEX](#)). Além disso, o portal do SISCOMEX envia notificações quando os regulamentos são atualizados on-line. Ferramentas particulares pagas também geram alertas para os usuários sobre mudanças nos regulamentos aduaneiros.

A [Lei de Licitações e Contratos Administrativos N° 14.133](#) determina que as informações sobre todos os processos de compras públicas devem incluir regras claras para a participação de empresas, e as instituições devem cumprir os prazos de publicação e recebimento de propostas de fornecedores. As informações sobre os processos de inscrição e seleção para licitações públicas são publicadas regularmente on-line no [Portal de Compras do Governo Federal](#). Elas também são amplamente publicadas em jornais e no Diário Oficial da União. Os órgãos federais também começaram a publicar previsões de compras para o ano seguinte para permitir que as empresas se preparem para participar. Mas algumas associações comerciais acham que o sistema é complexo e precisam de orientação constante para encontrar as informações corretas.

O Brasil implementou um [portal único eletrônico](#). Ele está atualmente no processo de integração dos serviços de importação. No momento, nove procedimentos comerciais e aduaneiros podem ser realizados on-line:

1. Declarações aduaneiras eletrônicas;
2. Solicitação e emissão eletrônica de licenças de importação e exportação;
3. Envio eletrônico de manifestos de carga marítima/aérea;
4. Solicitação e emissão eletrônica de certificados de origem preferencial;
5. Solicitação e emissão eletrônica de certificados sanitários e fitossanitários;
6. Pagamento eletrônico de impostos e taxas alfandegárias;
7. Solicitação eletrônica de reembolsos aduaneiros;
8. Intercâmbio eletrônico de declarações aduaneiras/certificados de origem/certificados sanitários e fitossanitários entre o Brasil e outros países;
9. Licenças de importação e exportação.

Existem mecanismos no Brasil para registrar reclamações sobre irregularidades em regulamentos e procedimentos comerciais, como o [Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações](#). Esse canal permite diálogo com o Governo Federal para tratar de questões que dificultam o acesso dos exportadores brasileiros aos mercados internacionais. As reclamações também podem ser registradas no site da Receita Federal.

ONDE É NECESSÁRIO MAIS PROGRESSO?

O site [Portal de Compras do Governo Federal](#) centraliza informações sobre todas as transações de compras públicas realizadas pelos governos federal, estadual e municipal. Mas não há um banco de dados de fornecedores desagregado por gênero. Ter dados desagregados por gênero sobre fornecedores pode ajudar a mapear a participação das mulheres nas compras públicas e identificar empresas lideradas por mulheres que devem ser notificadas sobre licitações públicas menores.

Embora a Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133 determine que os contratos devem incluir uma cláusula sobre empregar mulheres vítimas de violência doméstica com a cota mínima de 8% do total de cargos, não há nenhum esquema preferencial em compras públicas direcionado para empresas lideradas por mulheres. O governo brasileiro também implementou o Programa de Aquisição de Alimentos que permite que órgãos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal comprem alimentos produzidos por agricultura familiar (um setor com muitas mulheres empreendedoras) por meio de chamadas públicas, usando seus próprios recursos financeiros e isentos de procedimentos de licitação. O governo também pode considerar a adoção de uma abordagem de compras públicas sensível a gênero que garanta que mulheres e homens possam igualmente apresentar propostas, vencer licitações e fornecer para o governo. A primeira etapa é conscientizar o Tribunal de Contas da União (TCU) e outras entidades de compras sobre compras públicas sensíveis a gênero. O TCU pode considerar a implementação de medidas específicas, como cotas e metas para empresas lideradas por mulheres em oportunidades de compras e a exigência de que os fornecedores subcontratem empresas lideradas por mulheres. O guia de políticas do ITC, *Making Public Procurement Work for Women* ([Fazendo com que as Compras Públicas Funcionem para as Mulheres](#)), fornece medidas específicas para reformular as compras públicas e melhorar a participação das mulheres.

O governo pode considerar a adoção de práticas e procedimentos aduaneiros sensíveis ao gênero e oferecer treinamento aos funcionários aduaneiros sobre questões de gênero. Ele também pode coletar dados discriminados por gênero sobre pessoas que denunciam más práticas comerciais. Isso pode ajudar a avaliar as necessidades das mulheres e rastrear como a política comercial pode ser aprimorada para beneficiar as mulheres.

ACESSO A COMPETÊNCIAS



Educação e alfabetização	
A lei exige educação obrigatória.	
Dados desagregados por gênero sobre alfabetização de adultos.	
Programas de qualificação para trabalhadores e empreendedores	
Taxa de matrícula em programas técnicos e vocacionais (proporção feminina/masculina).	
Programas de formação de competências para trabalhadores são realizados.	
Formação em competências empresariais para proprietários de MPMEs é realizado.	
Formações para facilitar o acesso a mercados são realizados.	
Apoio direcionado e programas de capacitação para mulheres	
Instituições nacionais oferecem programas de apoio direcionado e capacitação para mulheres.	
Acesso a TIC e apoio à inovação empresarial	
Políticas e programas estão em vigor para apoiar a inovação empresarial de mulheres.	
Acesso à internet.	



Melhorar o acesso à educação é essencial para desenvolver as competências necessárias e reduzir a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Também é vital para quebrar o ciclo vicioso da pobreza. Este pilar se concentra em medidas destinadas a aprimorar as habilidades das mulheres e as competências relacionadas aos negócios. Um dos objetivos é fechar a lacuna educacional. Outro é equipar as mulheres com a capacidade de competir e ter sucesso em mercados internacionais e profissões tradicionalmente dominadas por homens.

O Brasil tem um desempenho médio-alto nesse pilar. Isso está relacionado à disponibilidade de programas de capacitação profissional para trabalhadores e empresários, treinamento sobre regras e regulamentos comerciais, e apoio e incentivos direcionados a associações comerciais de mulheres. O governo brasileiro também coleta estatísticas desagregadas por gênero sobre o uso da Internet e de telefones celulares.

O QUE FUNCIONA?

O Brasil tem um grupo de instituições que formam o Sistema S. Essas organizações são mantidas com recursos de empresas privadas, mas seu papel é oferecer treinamento vocacional, promover o desenvolvimento profissional e educacional, melhorar as competências da força de trabalho e apoiar os setores industriais por meio de capacitação, pesquisa e assistência técnica. Por exemplo, no Sistema S, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) oferece um Catálogo de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica com percursos educacionais em 37 áreas tecnológicas, abrangendo 606 cursos.

O MTE também implementou o [Escola do Trabalhador 4.0](#), uma plataforma que oferece cursos gratuitos para principiantes de alfabetização digital, produtividade pessoal, introdução à programação e produtividade colaborativa. Ela também inclui cursos avançados de administração de TI, desenvolvimento de software, inteligência artificial e ciência de dados, entre outros.

O SEBRAE oferece diversos cursos presenciais e on-line para empreendedores. Os cursos incluem tópicos como gestão financeira, marketing digital para empreendedores, comunicação em vendas para pequenas empresas e liderança, entre muitos outros. Ele também colabora com a Associação Brasileira de Produção de Obras Audiovisuais (APRO) e com a EMBRATUR para oferecer capacitação a empreendedores.



A RME fornece capacitações direcionadas para mulheres empreendedoras. O Instituto RME criou um mapa abrangente de iniciativas no Brasil que promovem o empoderamento feminino em vários setores. A RME também implementou o programa RME Conecta, que conecta empresas lideradas por mulheres com empresas maiores para vendas B2B.

Há treinamento disponível para ajudar os empresários a entenderem as regras e os regulamentos comerciais. O Decreto N° 9.326 de 2018 sobre o Acordo de Facilitação de Comércio no Brasil determina que todas as unidades aduaneiras realizem reuniões trimestrais com a comunidade aduaneira (importadores, exportadores, despachantes aduaneiros, operadores de armazéns, administradores de instalações, transportadoras, etc.). São realizadas quatro reuniões por ano em cada uma das 29 unidades aduaneiras do Brasil.

O MDIC implementou o programa [Aprendendo a Exportar](#), que foca na conscientização sobre os procedimentos operacionais de exportação. Ele foi desenvolvido para fornecer informações adequadas a usuários com diferentes níveis de conhecimento e é adaptado aos seus interesses específicos. Os tópicos incluem identificação de mercados, promoção de produtos, aprendizado sobre exportação, etc.

A ApexBrasil implementou o [Programa de Qualificação para Exportação \(PEIEX\)](#), que ajuda empresas a começarem a exportar de forma planejada e segura. A ApexBrasil realiza consultas com as empresas e fornece a elas um plano de exportação para orientar sua entrada no mercado internacional. Como parte do programa, as empresas também recebem capacitação sobre como melhorar a gestão de processos e produtos. Em 2024, de 2.578 participantes, 703 são mulheres.

A CNI e a EMBRATUR também oferecem capacitações sobre regras comerciais.

O MDIC, juntamente com a ApexBrasil, implementou o programa [Elas Exportam](#), que tem como objetivo aumentar a participação de empresas lideradas por mulheres no comércio internacional. Ele oferece um programa de mentoria que conecta mulheres empreendedoras que desejam exportar com mulheres empreendedoras experientes em comércio internacional. Cinquenta empresas lideradas por mulheres foram beneficiadas pelo programa.

A ApexBrasil também lançou o [Programa Mulheres e Negócios Internacionais](#) em 2023. O programa oferece a empresas lideradas por mulheres cursos, encontros de negócios e oportunidades para expandir suas atividades de exportação. A ApexBrasil e a CNI implementaram o programa [Mulheres Globais](#), que selecionou 20 empresárias para receberem mentoria de especialistas em comércio exterior para promover o comércio eletrônico como estratégia de expansão e internacionalização, desenvolver capacidades de gestão e marketing digital, e receber treinamentos sobre proposta de valor e modelos de negócios.

Em parceria com a ApexBrasil, o Banco do Brasil e a CNA também oferecem programas de capacitação para empresárias, como o Programa Primeira Exportação – Edição Mulheres no Mundo e o Agro.BR.

O SEBRAE implementou o programa [SEBRAE Delas](#). O programa oferece a mulheres empreendedoras conteúdo exclusivo sobre como criar e gerenciar negócios, atividades de desenvolvimento profissional e pessoal por meio de seminários, mentoria e serviços de consultoria, e oportunidades de networking. Entre 2019 e 2024, cerca de 17 milhões de mulheres se beneficiaram do programa.

Por fim, o governo brasileiro também coleta estatísticas desagregadas por gênero sobre o uso da Internet e de celulares. Em 2023, 88% das mulheres tinham telefones celulares, em comparação com 85% dos homens, e 88,7% das mulheres usavam a Internet, em comparação com 87,3% dos homens.



SHUTTERSTOCK.COM

ONDE É NECESSÁRIO MAIS PROGRESSO?

Há programas em vigor para apoiar a inovação empresarial. Por exemplo, o MDIC implementou o programa [Brasil Mais Produtivo](#), que tem como objetivo apoiar as MPMEs em todo o Brasil para melhorarem sua produtividade e alcançarem a transformação digital. A meta é impactar até 200.000 empresas industriais.

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) implementou o [Programa Startup Indústria](#) que tem como objetivo apoiar a implementação de projetos e experiências de startups e outras empresas em soluções inovadoras para indústria. A ABDI também implementou o [Programa Digital.BR](#), que tem como objetivo estimular e promover políticas e projetos voltados para a transformação digital de MPMEs nos setores econômicos secundário e terciário. A Jornada Digital é outro projeto da ABDI que oferece às empresas um atalho para sua transformação digital. Por meio dessa plataforma, as empresas têm acesso a ferramentas de autoavaliação para avaliarem sua maturidade digital, soluções tecnológicas e conhecerem as melhores práticas digitais. Há uma oportunidade aqui para o governo integrar o gênero nesses programas para garantir que eles beneficiem as mulheres.

As instituições nacionais também podem considerar a possibilidade de oferecer incentivos às mulheres para estimular sua participação em programas de capacitação.

ACESSO A FINANCIAMENTO



Acesso a serviços financeiros	
Serviços financeiros digitais estão disponíveis.	
Acesso a recursos financeiros formais (proporção feminina-masculina).	
Estratégias e programas de inclusão financeira	
Estratégia de inclusão financeira e programa de alfabetização financeira.	
Apoio financeiro para empresas lideradas por mulheres e associações empresariais de mulheres	
Empresas lideradas por mulheres recebem apoio financeiro para participar de feiras comerciais.	
Esquemas fiscais e de financiamento comercial	
As instituições financeiras são obrigadas a relatar dados desagregados por gênero.	
Esquemas fiscais estão disponíveis para facilitar oportunidades empresariais.	
Esquemas de financiamento comercial estão disponíveis no país para facilitar o comércio.	
Instrumentos financeiros e outras oportunidades de financiamento	
Instrumentos financeiros estão disponíveis para apoiar oportunidades empresariais.	
Oportunidades de financiamento de capital de risco estão disponíveis para apoiar oportunidades empresariais.	



Este pilar se concentra no acesso das mulheres a serviços financeiros de caráter formal. Ele também abrange se os governos, sozinhos ou em parceria com o setor privado, desenvolveram soluções inovadoras para promover a inclusão financeira das mulheres. Incluindo, por exemplo, a remoção ou modificação de exigências bancárias de garantias físicas ou fluxo de caixa verificável para que as mulheres possam acessar o financiamento com mais facilidade.

O Brasil tem um desempenho médio-alto nesse pilar. Isso está relacionado a vários fatores, incluindo a disponibilidade de serviços financeiros digitais, a implementação de programas de literacia financeira, o fornecimento de apoio financeiro a empresas lideradas por mulheres para participar de feiras comerciais e de um esquema de financiamento comercial, bem como esquemas financeiros direcionados às mulheres.

O QUE FUNCIONA?

Serviços financeiros digitais, incluindo serviços bancários móveis, serviços bancários on-line, emissão de pagamentos e envio/recebimento de dinheiro internacionalmente, estão disponíveis no Brasil.

Há vários programas de literacia financeira no país. O Ministério da Educação lançou a Estratégia Nacional de Educação Financeira em 2010, cujo objetivo é promover a educação financeira e previdenciária, e melhorar a eficiência do sistema financeiro nacional. O Banco do Brasil implementou o programa Mulheres no Topo, que oferece treinamento de educação financeira às participantes. O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o SEBRAE Delas e a RME também oferecem cursos de educação financeira para mulheres.

As empresas lideradas por mulheres também recebem apoio financeiro para participar de feiras comerciais. Como parte do SEBRAE Delas, o SEBRAE oferece alguns custos de transporte e aluguel de estandes em feiras comerciais para empresas de propriedade de mulheres. Como parte do Agro.BR Mulheres, a CNA cobre os custos de viagem e voo de empresárias do agro para que elas participem de feiras comerciais. O Ministério das Relações Exteriores fornece apoio financeiro para a compra de espaços de exposição em várias feiras comerciais internacionais. Em colaboração com a ApexBrasil, a Associação Brasileira de Cafés Especiais apoia a participação de seus membros em feiras internacionais, adquirindo espaço para estandes e prestando assistência na construção deles. Treze empresas lideradas por mulheres receberam apoio para participar de uma delegação internacional na Dinamarca. A EMBRATUR também fornece subsídios aos seus associados para o aluguel de espaço e estandes em feiras internacionais.

Há vários esquemas de financiamento comercial no país. Por exemplo, o [Programa de Financiamento às Exportações](#) (ProEx) é um programa que apoia a internacionalização de empresas brasileiras, fornecendo assistência financeira e incentivos à exportação. Ele fornece recursos financeiros para cobrir os custos associados à exportação, bem como facilidades de crédito à exportação. Também há o [Fundo de Garantia à Exportação](#), que oferece cobertura para garantias concedidas pela União em operações de Seguro de Crédito à Exportação. O governo brasileiro implementou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Exportações, que oferece soluções financeiras para ajudar a gerenciar os riscos cambiais e melhorar as operações de exportação. As soluções financeiras incluem taxas de financiamento preferenciais, ferramentas de mitigação de riscos e outros produtos financeiros. Os esquemas de financiamento comercial podem ajudar exportadores a acessarem o capital necessário para vender seus produtos nos mercados internacionais. O governo pode considerar a criação de um balcão de financiamento para empresas lideradas por mulheres, além de garantir que as empresas lideradas por mulheres conheçam os esquemas de financiamento comercial existentes no país.

Instrumentos financeiros para apoiar mulheres empreendedoras também estão disponíveis no país. Por exemplo, o Banco do Brasil implementou várias iniciativas, como o programa Mulheres no Topo, a iniciativa GIRO Mulher Empreendedora e o programa FCO Mulher Empreendedora, para oferecer apoio financeiro, como microcrédito, capital de giro e financiamento para mulheres. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) implementou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher, que é uma linha de crédito exclusiva para mulheres produtoras familiares. A RME implementou o projeto Elas Prosperam para empoderar mulheres empreendedoras para que elas possam estruturar seus negócios e obter acesso ao capital necessário para expandi-los. O programa oferece capacitações em conhecimentos e competências, bem como a chance de solicitar apoio financeiro no valor de R\$ 10.000.



© SHUTTERSTOCK.COM

ONDE É NECESSÁRIO MAIS PROGRESSO?

O governo brasileiro pode considerar a adoção de uma estratégia nacional de inclusão financeira. Isso pode garantir que as mulheres tenham acesso a serviços financeiros formais e se beneficiem de apoio financeiro personalizado.

Há uma oportunidade para o governo oferecer opções de financiamento de capital de risco, especialmente direcionado para as mulheres.

Por fim, o governo pode incentivar instituições financeiras a divulgarem dados desagregados por gênero.

TRABALHO E SOCIEDADE



Oportunidades das mulheres no mercado de trabalho



Mulheres podem trabalhar nas mesmas indústrias que os homens.



Renda anual estimada, US\$ PPP (proporção feminina-masculina).



Taxa de participação na força de trabalho (proporção feminina-masculina).



Participação feminina no emprego em cargos gerenciais (%).



Tempo dedicado ao trabalho não remunerado



Tempo dedicado a tarefas domésticas não remuneradas e trabalho de cuidado (proporção masculina-feminina).



Este pilar aborda os preconceitos de gênero inconscientes ou conscientes que impedem que as mulheres participem da economia de forma igualitária. Isso inclui os padrões existentes de segregação de empregos e as intervenções estabelecidas pelos governos para lidar com esses preconceitos. O Brasil tem uma pontuação alta nesse pilar.

O QUE FUNCIONA?

O Brasil oferece uma estrutura legal favorável que permite que as mulheres trabalhem nos mesmos setores que os homens.

Os dados sobre o uso do tempo são coletados no Brasil. Em 2022, as mulheres gastaram 9,6 horas a mais do que os homens em tarefas domésticas e/ou de cuidados. Isso representa uma redução em relação aos números de 2019, que mostravam que as mulheres gastavam 10,6 horas a mais do que os homens em tarefas domésticas e/ou de cuidados.

ONDE É NECESSÁRIO MAIS PROGRESSO?

O Brasil tem a oportunidade de facilitar a participação das mulheres em cargos gerenciais. Em 2023, as mulheres ocuparam apenas 39,8% dos cargos gerenciais.

A diferença salarial entre os gêneros persiste no Brasil. Em 2024, a proporção da diferença salarial entre homens e mulheres no Brasil foi de 0,716.



O caminho a seguir

O governo brasileiro reconhece que a participação das mulheres na economia é essencial para reduzir as desigualdades e garantir melhores resultados econômicos. Ele tem como objetivo investir no desenvolvimento das mulheres como capital humano e promover o empreendedorismo feminino através de programas como a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino e a Agenda Transversal de Mulheres 2024–2027. Por exemplo, as metas da Agenda Transversal de Mulheres têm como objetivo promover o emprego formal das mulheres por meio de capacitações, reduzir a carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados sobre as mulheres, apoiar as mulheres do campo e na agricultura por meio de assistência técnica e promover serviços de turismo.

Com base nos resultados do SheTrades Outlook, o Brasil fez progressos em várias dessas metas. Por exemplo, o Brasil tem vários programas de capacitação em vigor, inclusive alguns voltados para mulheres. O governo também determina que creches e apoio educacional sejam oferecidos. Há também vários programas e projetos para promover a participação das mulheres nos setores de agricultura e turismo. Além disso, o Brasil está fazendo progresso no empoderamento econômico das mulheres ao proporcionar um ambiente de negócios favorável e acesso a financiamento. Em especial, o governo tem em vigor vários programas destinados a apoiar mulheres exportadoras e empreendedoras. Instituições nacionais também implementaram esquemas de financiamento comercial e programas de apoio financeiro destinados a empreendedores. Mas os resultados também apontam para áreas em que mais progresso pode ser feito. O Brasil está progredindo no pilar Política Comercial garantindo que cláusulas de gênero sejam incorporadas nos acordos comerciais atualmente em negociação. Garantir que o gênero seja integrado na política e nos programas comerciais pode melhorar os resultados econômicos das mulheres e assegurar que elas se beneficiem do comércio.

A participação das mulheres nos negócios e no comércio pode desempenhar um papel fundamental na garantia de uma economia brasileira produtiva. Com base nos resultados do SheTrades Outlook, as recomendações a seguir podem ajudar as mulheres a se tornarem grandes contribuintes para o crescimento econômico do Brasil por meio do comércio e dos negócios.



01

O CAMINHO A SEGUIR: INTEGRANDO GÊNERO NA POLÍTICA COMERCIAL

O Brasil tem a oportunidade de usar a política comercial como instrumento para promover a igualdade de gênero e o empoderamento econômico das mulheres. Especificamente, o governo poderia:

- Incorporar questões de igualdade de gênero em acordos comerciais;
- Realizar avaliações de impacto de gênero em acordos comerciais e desenvolver a capacidade do governo de conduzir essas avaliações;
- Adotar uma definição formal de empresa de propriedade de mulheres alinhada com a definição internacionalmente reconhecida de empresa de propriedade de mulheres especificada pela ISO no IWA 34: Empreendimento feminino–Definições principais e critérios gerais (em inglês);
- Aumentar a conscientização das instituições nacionais sobre as definições padrão de empreendedorismo feminino e a importância de usar essas definições na implementação de projetos, programas e outras iniciativas sobre o empoderamento econômico das mulheres;
- Oferecer treinamento aos funcionários aduaneiros sobre questões de gênero.



02

O CAMINHO A SEGUIR: ESTRUTURAS INCLUSIVAS

É importante garantir que políticas públicas, práticas e esquemas relacionados a negócios e comércio beneficiem tanto mulheres quanto homens. Para fazer isso, o governo pode:

- Incorporar questões comerciais na Agenda Transversal de Mulheres 2024–2027;
- Adotar uma estratégia nacional de inclusão financeira;
- Aumentar a conscientização sobre compras públicas sensíveis a gênero e as diferentes opções e etapas para reformar o sistema de compras públicas a fim de promover uma maior participação das mulheres no mercado de compras;
- Adotar compras públicas sensíveis a gênero a fim de promover uma maior participação das mulheres no mercado de compras;
- Adotar práticas sensíveis a gênero nas aduanas.



03

O CAMINHO A SEGUIR: MECANISMOS DE MONITORAMENTO

Para apoiar o monitoramento e a avaliação das iniciativas existentes sensíveis a gênero, o governo pode:

- Estabelecer uma lei para exigir a coleta de dados desagregados por gênero em todas as agências e departamentos do governo;
- Determinar que as instituições financeiras colem dados desagregados por gênero;
- Coletar dados discriminados por gênero de:
 - denunciante de más práticas comerciais;
 - fornecedores em compras públicas;
 - participantes de programas de capacitação;
 - beneficiários de serviços de apoio a negócios e incubadoras.



04

O CAMINHO A SEGUIR: INICIATIVAS DIRECIONADAS

As iniciativas direcionadas para mulheres são fundamentais para garantir que elas se beneficiem do acesso a iniciativas financeiras e de capacitação. Especificamente, as instituições nacionais podem:

- Oferecer incentivos para aumentar a participação de mulheres em programas de capacitação;
- Oferecer treinamento sobre processos de compras públicas;
- Oferecer oportunidades de financiamento de capital de risco para empresas iniciantes lideradas por mulheres;
- Conscientizar as empresas lideradas por mulheres sobre os esquemas de financiamento comercial existentes no país;
- Integrar o gênero em programas e projetos de inovação empresarial, como o Digital BR e o Brasil Mais Produtivo.

BOA PRÁTICA: FACILITAR O ACESSO DE MULHERES AO COMÉRCIO

O MDIC e a ApexBrasil desenvolveram o programa *Elas Exportam*. O objetivo do programa é facilitar a entrada de empresas brasileiras lideradas por mulheres nos mercados internacionais.

Como parte do programa, as mulheres empreendedoras são acompanhadas por mentores com experiência prévia em comércio internacional e expansão em mercados internacionais. As mulheres empreendedoras recebem orientação individual e em grupo sobre o desenvolvimento de capacidade e implementação de estratégias de exportação. Há também sessões dedicadas ao aperfeiçoamento de argumentos de venda e ajuda na criação e realização de apresentações para mercados internacionais.

Até o final de 2024, o programa terá apoiado 100 mulheres empresárias.

Fonte: MDIC

PARA OBTER MAIS INFORMAÇÕES

Mais informações sobre este resumo de análise política e o projeto *SheTrades Outlook* podem ser encontradas em: <https://outlook.shetrades.com/home>.

Este resumo de análise política foi preparado por Vanika Sharma (Consultora Internacional, SheTrades Initiative, ITC) e Inês Aguiar Machado (Líder GRPP, SheTrades Initiative, ITC) sob a orientação de Ma Diyina Gem Arbo (Líder de Dados e Políticas, SheTrades Initiative, ITC). A Sra. Lara Gurgel realizou as entrevistas institucionais.

Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU:



#SheTrades

HER SUCCESS. OUR FUTURE.

A SheTrades Initiative do Centro de Comércio Internacional (ITC, em inglês) é uma plataforma global que capacita mulheres a se envolverem nos negócios, criando valor tanto para elas quanto para as suas comunidades. A Iniciativa garante que as capacidades e condições adequadas estejam presentes para promover um comércio inclusivo e sustentável.

A SheTrades oferece atividades e treinamentos para melhorar a capacidade das mulheres comerciantes para fazer negócios com sucesso. Ao mesmo tempo, a Iniciativa trabalha para eliminar as desigualdades que impedem a participação das mulheres no comércio e promove um ambiente comercial melhor para todos.



International
Trade
Centre

SheTrades

International Trade Centre (ITC)
54-56 rue de Montbrillant
1202 Geneva
Switzerland